Educação Ambiental como requisito para efetivação da proteção dos corpos de água brasileiros.

Autor(res)

Aline Alves Bandeira
Rubens Pereira Garcia Filho
Romilda Alcantara Da Fonseca
Maria Luyza Queiroz De Jesus
Amanda Almeida Silva
Gisele Melo Maciel

Categoria do Trabalho

1

Instituição

UNIME LAURO DE FREITAS

Introdução

O presente Projeto de Pesquisa se baseia na pesquisa de Doutorado e de Pós-Doutorado, perante a Universidade Federal da Bahia, da Profa. Aline Bandeira, em que foram analisadas a proteção dos corpos de água e a Educação Ambiental, com comprovadas publicações científicas, nacionais e internacionais.
O Estudo de caso é o Polo Industrial de Camaçari, que tem capacidade instalada acima de 12 milhões de t/ano de produtos químicos e petroquímicos básicos, intermediários e finais. Com capacidade instalada para 240.000 toneladas/ano de cobre eletrolítico. Com estes expressivos números, percebe-se a enorme quantidade de efluentes que são produzidos pelas atividades daquelas indústrias.
A professora inicia, com este Seminário, a orientação acadêmica dos alunos colaboradores: Amanda Silva; Gisele Maciel; Maria Jesus; Romilda Fonseca; Rubens Filho.
É um tema inovador, o qual possui relevância para a comunidade científica.

Objetivo

Objetivo Geral: trazer um panorama fidedigno de como está regulamentada, na prática, a Educação Ambiental como ferramenta para a proteção dos recursos hídricos, em especial à proteção dos corpos de água frente aos efluentes industriais.
Estudando-se qual é a sua aplicabilidade da Educação Ambiental perante o Município de Camaçari/Bahia.

Material e Métodos

Os métodos podem ser utilizados em conjunto para o fim de aferirem vários enfoques do objeto de estudo (LAKATOS e MARCONI, 2003). Inicialmente será realizada profunda pesquisa documental sobre a CRFB-1988 (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988); normatização federal, estadual (Bahia); municipal (Camaçari/BA), o que resultará na elaboração de estudos comparativos pertinentes.
Para desenvolver a pesquisa documental, a legislação correlata será analisada, acrescentando-se observações ou

comentários sobre possíveis relações com as questões da pesquisa (PIMENTEL, 2001).
A pesquisa documental se perfaz mediante fontes diversas, como legislação, portarias, resoluções, atos administrativos, documentos informativos arquivados em repartições públicas (SANTOS, 2000).
De acordo com (GIL, 2002), a metodologia aplicada às pesquisas exploratórias é desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão completa, do tipo aproximativo, além da análise qualitativa de conteúdo.

Resultados e Discussão

Espera-se que a presente pesquisa agregue valor cognitivo para uma futura Política Nacional de Efluentes Industriais, começando esta densa pesquisa tendo com estudo de caso o maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, que é o Polo Industrial de Camaçari.
Ipso facto, cumpre destacar que dentro do âmbito jurídico somente se poderá qualificar como “política” um regramento legal devidamente aprovado pela casa legislativa competente.
Não se confunda esta espécie de política com a expressão diversa utilizada para indicar uma decisão interna de determinada gestão do Poder Executivo.
Assim, quando se afirma que inexistem Política Nacional de Efluentes Industriais, Política Estadual de Efluentes Industrias (Bahia) e Política Municipal de Efluentes Industriais (Camaçari e Salvador), reportar-se-á ao contexto legalista, ou seja, de que não existem leis que regulamentem estas matérias jurídicas.

Conclusão

A presente pesquisa é inovadora, tendo relevante potencial para impactar o cenário jurídico acerca da proteção dos corpos de água, frente à grande ameaça que é o efluente industrial. Sendo um tema muito pouco discutido no país.
No Brasil, os efluentes industriais causam gravames ambientais, perfazendo problemas em escala nacional, poluindo “praticamente todas as regiões hidrográficas”, conforme é afirmado nas preliminares jurídicas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Referências

ASHER KIPERSTOK, M. M. O DESAFIO DESSE TAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA SUSTENTÁVEIS DA HOLANDA. Revista, Bahia, Análise e Dados, v. 10, n. 4, p. 221-233, 2001. ISSN 01038117. Disponível em: <http://teclim.ufba.br/site/material_online/publicacoes/pub_art05.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2024.
BAHIA, 01 julho 2009a. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/legislacao-ambiental/leis?page=1>. Acesso em: 30 dez. 2024. Dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, sobre o uso e ocupação na Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona (.).
BAHIA, 2005. Disponível em: <http://sol.inema.ba.gov.br/sol/servicos/ceapd/leis/l9832.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024. Lei N.º 9.832, de 05 de dezembro de 2005. ..(REFERÊNCIAS INCOMPLETAS POR FALTA DE ESPAÇO - SÃO DEZENAS DE REFERÊNCIAS).